

3. Reflexões metodológicas

Uso ponderadamente a expressão 'pensamento social' (ou 'teoria social') de preferência a 'ciência social', de modo a evitar uma identificação espúria entre as disciplinas de análise social com as ciências naturais. (Amin, 1997, p. 134).

Dado o carácter do uso, por vezes aparentemente heterodoxo, que faço de alguns termos, ideias ou conceitos, esboço aqui, antes de entrar na matéria substantiva do livro, alguns esclarecimentos de carácter epistemológico, desde considerações sobre a natureza científica das ciências sociais em geral, até uma breve reflexão crítica sobre a natureza científica da ciência económica. Penso que a introdução deste capítulo, num livro cuja matéria acaba por ser o percurso histórico de um determinado grupo social na África do Sul, se justifica na medida em que, ao longo da pesquisa efectuada, encontrei repetidas vezes conflitos de análise e polémicas relativas à interpretação dos factos descritos. Fui aqui motivado, muito em particular, por uma reflexão de Samir Amin (1997) justamente a respeito do estatuto epistemológico das ciências sociais.

3.1 Introdução

Embora o tema específico deste livro possa eventualmente ser visto como um estudo de caso em sociologia política, a perspectiva de fundo adoptada abrange, pelo menos, três outros ramos ou campos de reflexão científica, designadamente a história, a economia e, em particular, a reflexão crítica sobre a abordagem da escola do sistema-mundo. Por isso, importa introduzir também uma reflexão relativa às diferentes temporalidades subjacentes a cada uma das disciplinas científicas aqui invocadas, o que farei no capítulo seguinte.

A matéria de que aqui me ocupo é vasta e aberta, quer no sentido em que, literalmente, centenas ou mesmo milhares de livros, ensaios e artigos foram escritos ao longo dos últimos vinte ou trinta anos sobre as questões do subdesenvolvimento, as teorias da dependência e teses do sistema-mundo, em geral, e da África Subsariana em particular, quer no sentido em que, apesar de tudo, há ainda certamente muito por investigar. Só relativamente ao objecto de estudo mais específico, a África do Sul, a simples listagem bibliográfica, querendo ser exaustiva, ocuparia muitas dezenas de páginas. O recente fenómeno da internet e da respectiva publicação ou disponibilização electrónica de textos veio 'agrar' ainda mais esta explosão de conhecimentos ou de relatos sobre novos e velhos conhecimentos. Pode, assim, assumir-se que praticamente está escrito tudo aquilo que há para escrever sobre estes temas e, em resultado dessa conclusão, partir-se antes para uma detalhada, ou em alternativa, uma sucinta re-

visão da literatura científica disponível, em vez da, se calhar, estulta pretensão de acrescentar algo de novo neste particular domínio do conhecimento.

Por outro lado, e tal como já tem sido dito e analisado, parece consensual que vivemos num mundo de burocracias, com as suas regras e instituições (Mintzberg, 1979, 1989)⁵¹. Longe vão os tempos em que bastou a Lutero afixar um manifesto com as suas teses na porta principal da igreja para dar início a uma revolução nas ideias. Hoje, qualquer cidadão que pretenda expor ideias novas ou diversas, em qualquer ramo das ciências físicas ou sociais e que, de passagem, pretenda igualmente obter para as mesmas o reconhecimento institucional que lhe possa ser devido, terá que observar determinados procedimentos e regras, que legitimamente se presume que regulamentam o acesso a determinados graus académicos e a certificação do mérito científico das supostas novas ideias, teses ou conceitos. Pela minha parte, perspectivando a tese doutoral como sendo um exercício com, pelo menos, dois objectivos ou pressupostos. Por um lado, parece-me que o candidato deverá dar provas de um conhecimento adquirido, seja pelo estudo e investigação de bibliografia, seja por experimentação laboratorial ou de terreno, sendo esse conhecimento de um nível de profundidade e abrangência suficientes para justificar o título académico de «doutor». Por outro lado, parece também ser um pressuposto mais comum, ou mais normalmente aceite, o de que um exercício deste tipo deve sobretudo poder contribuir para o avanço do particular ramo das ciências em que se inscreve. A complementaridade destes dois pressupostos é evidente: saber-se quase tudo sobre o que já se sabe, por um lado, e por outro lado contribuir-se também para que, com o respectivo contributo, se fique a saber ainda um pouco mais. Poderia ainda acrescentar uma terceira alternativa, a 'simples' proposta, ou sugestão estruturada, de uma nova perspectiva ou diferente ângulo de visão relativamente a dados ou factos já conhecidos e não acrescentados. Dada a estrutura e conteúdo substantivo deste trabalho, penso que ele poderá, muito provavelmente, ser classificado nesta terceira categoria: apenas e tão-só uma (pretensamente) nova perspectiva sobre factos já sobejamente conhecidos.

No caso específico das ciências físicas, qualquer um destes requisitos poderia ser preenchido por meio de um relatório sobre uma nova descoberta experimental, relatório esse eventualmente com pouco mais de uma dúzia de páginas. No campo das chamadas ciências sociais, no entanto, o caso muda substancialmente de figura. Aqui há que dar mostras de conhecimento suficientemente detalhado sobre o conhecimento adquirido relativamente a diversas escolas de pensamento, o mais das vezes concorrentes entre si e propondo

51 *Veja-se a discussão sobre a estruturação das organizações e os diversos tipos de burocracia no mundo moderno particularmente em Mintzberg, 1979.*

diferentes visões do mundo, de modo a demonstrar capacidade e autoridade suficientes para emitir afirmações credíveis e de cariz científico sobre aquilo que se pensa ser a natureza das coisas. Deve assinalar-se que o que está em causa não é propriamente a quantidade de conhecimento (se uma tal expressão me é permitida), nestes dois tipos de ciência, as físicas e as sociais, mas antes o meio de comunicação utilizado para a apresentação, transmissão e discussão do conhecimento.

No caso das ciências físicas, os estudiosos são normalmente treinados, através de um longo processo de socialização de natureza educacional específica, para exprimir conceitos e raciocínios utilizando, quer a linguagem concisa das matemáticas, quer através do uso cuidado e rigoroso de conceitos de significado muito específico e, por vezes, particular a cada ramo das mesmas ciências. Torna-se, assim, possível exprimir em 'meia dúzia de páginas' novas ideias, hipóteses ou teorias que, em rigor, correspondem a extensos processos de investigação e descoberta. No caso das ciências sociais, em que a maior parte dos conceitos são expressos através de palavras, termos ou expressões que são também comuns à linguagem de todos os dias, somos supostos, enquanto cientistas, ser capazes de exprimir a nossa percepção do que pensamos ser a realidade objectiva, e da qual fazemos parte integrante, utilizando palavras, termos e expressões que requerem quase sempre um esforço preliminar de clarificação, definição ou contextualização. É bem conhecido o facto de que uma parte substancial da literatura em ciências sociais é justamente dedicada à discussão do que este ou aquele autor quis dizer com esta ou aquela expressão. Assim se explicam os comuns apelos à paciência e indulgência dos leitores, quando se procura expor novas ideias e conceitos, ou vestir com novas roupagens ideias e conceitos tidos por antiquados ou desactualizados por, entretanto, terem caído em desuso. O apelo à indulgência do leitor ou estudioso assume particular relevância quando se leva em linha de conta o facto de a investigação em qualquer ramo das ciências sociais não ter propriamente que ser um exercício na arte de escrita literária.

No caso presente, o objecto primordial de estudo é a evolução histórica recente e a situação da África do Sul no actual contexto da globalização, suas causas e possíveis consequências, tendo como pano de fundo as teorias da dependência e as teses da abordagem da escola do sistema-mundo. Estas poucas linhas perspectivam um mundo de possíveis ambiguidades e confusões. Desde logo, sobre o que se entende, ou se pode entender, por «África do Sul», por «globalização», para em seguida nos embrenharmos na floresta de enganos que é o conjunto das ideias e conceitos e categorias analíticas associadas a expressões verbais como «teorias da dependência» e «escola do sistema-mundo».

Para além disso, e tal como terei ocasião de discutir mais adiante, no processo de globalização intervém um conjunto de actores sociais, cuja actuação tem sido determinante nesse processo secular. Refiro-me às empresas, em geral, e às grandes multinacionais, em particular. Neste contexto, temos naturalmente que discutir a evolução recente destas entidades e fazer o ponto de situação, ainda que muito sucinto, sobre o estado da arte no que diz respeito às teorias da empresa. Mesmo uma revisão muito breve da literatura correntemente disponível sobre o mundo empresarial, tal como percepcionado por economistas e por sociólogos, mostrará como o mais elementar significado atribuído a alguns dos termos mais comuns pode dar origem a discussões, polémicas e possíveis confusões. Na revisão efectuada da literatura disponível pude constatar, ao longo dos últimos anos, um desconforto crescente, entre os cientistas sociais de diversas denominações, mas em particular entre sociólogos e economistas, relativamente ao conteúdo e natureza científica do conhecimento reclamado ou proposto pela teoria económica da linha principal⁵².

Ainda dentro das reflexões de carácter epistemológico e considerando o comportamento histórico de um grupo social na África do Sul, os africanóides, justifica-se igualmente fazer uma referência, ainda que muito breve, às relações entre a evolução tecnológica e a evolução social como um todo, e ao modo como uma tal evolução se tem reflectido na evolução do sistema-mundo e na estrutura social dentro e fora da África do Sul, assim como nas relações de alguns dos seus grupos sociais com o resto do mundo. Essa evolução tecnológica, em especial nos ramos específicos e interligados das novas tecnologias da comunicação e do processamento da informação, serve também para melhor compreender, quer a evolução do comportamento das empresas em geral e das MNC⁵³ em particular, e da maneira como estas passam a encarar o seu posicionamento nos diversos países, particularmente na África do Sul, quer algumas das decisões tomadas pelos grupos dirigentes da África do Sul.

Como também é sabido, a transformação no pano de fundo tecnológico subjacente à evolução social, tem sido acompanhada por uma evolução na estrutura e composição de classes sociais e categorias profissionais, designadamente através de alterações na distribuição do conhecimento técnico e científico relevante e por uma transformação cultural e organizacional das sociedades industriais. Estas alterações de ordem tecnológica, particularmente visíveis no mundo empresarial e sobretudo instrumentais do processo da mundialização da economia, foram um dos principais factores intervenientes que possibilitaram à elite *verligte* tomar as decisões que, a seu tempo, vieram a

52 Para uma amostra desse debate, veja-se, por exemplo, «*Sciences économiques*», 2001.

53 MNC, ou Multinational Corporation. Embora haja diferenças conceptuais, para efeitos práticos consideramos MNC equivalente a TNC, ou Transnational Corporation, termo utilizado pelas Nações Unidas.

ser tomadas, relativamente ao desmantelamento do regime de *apartheid*. Depois de algumas breves reflexões críticas e epistemológicas sobre as disciplinas científicas consideradas relevantes para o objecto do nosso estudo, passarei a uma breve discussão das diferentes temporalidades subjacentes ao processo aqui em estudo.

3.2 Algumas reflexões críticas e epistemológicas

Na perspectiva defendida neste livro, a abordagem teórica da escola do sistema-mundo, e a abordagem teórica do comportamento da empresa, merecem um tratamento específico, pelo que, nesta fase, me vou limitar a discutir algumas questões mais pertinentes sobre as ciências sociais em geral e da ciência económica em particular. Samir Amin encerra um seu livro sobre a evolução recente do capitalismo e do fenómeno da chamada globalização (Amin, 1998) com um capítulo em que apresenta algumas considerações de natureza epistemológica sobre o carácter ou estatuto científico daquilo que ele designa por «teoria social». Nesse livro, Samir Amin refere explicitamente que utiliza a expressão «teoria social» em vez de «ciência social» por considerar que o conhecimento científico em matéria de sociedade nunca poderá alcançar o estatuto epistemológico de ciência, alinhando assim com aqueles que reservam este título ou estatuto para as ciências 'físicas'. Em defesa da sua posição, argumenta que a atribuição de um estatuto epistemológico de 'ciência social' ao que ele enfaticamente designa por «teoria social», corresponderia a transformar as sociedades humanas em agrupamentos sociais similares a manadas de gado e a transformar a pretensamente 'burguesa' ciência social, num conjunto de técnicas de gestão dessas mesmas manadas de gado humano. Parece assim Samir Amin partir do princípio que memórias, tradições e valores não serão susceptíveis de estudo verdadeiramente científico. A esse respeito, e em termos naturalmente simplificantes, defendo aqui a ideia de que, enquanto a matéria-prima de estudo das ciências físicas são factos observáveis em cada momento presente (predomínio da perspectiva sincrónica), no caso das ciências sociais tem sempre que se levar em linha de conta a história subjacente à situação que actualmente se quer estudar (predomínio da perspectiva diacrónica).

Adoptando aqui um princípio metodológico de abordagem ao nosso tema de estudo, a partir do geral (ou mesmo do muito geral) para o particular, começo por expor algumas ideias próprias (e seu enquadramento naquilo que se considera como adquirido ou de conhecimento consensual), a respeito do que penso ser a natureza das ciências sociais em geral e da economia política em particular. Devo ainda referir que quando se faz uma, ainda que breve, revisão da literatura sobre a metodologia das ciências sociais, ou mesmo da

ciência em geral, somos confrontados com uma divisão muito comum entre as chamadas 'ciências físicas' (por vezes designadas por 'ciências naturais', 'ciências duras' ou simplesmente 'ciências'⁵⁴) e as chamadas 'ciências sociais'. Estas são, por vezes, agregadas com, ou então diferenciadas de, um terceiro ramo ou tipo de ciências: as chamadas 'ciências humanas'. Também é possível detectar um certo grau de hierarquia entre estes diferentes tipos de 'ciências', expresso de forma mais ou menos explícita, resultando que as 'ciências físicas' parecem apresentar-se como 'mais científicas' do que as 'ciências sociais' ou as 'ciências humanas'. Justifica-se, portanto, algum esclarecimento a esse respeito.

Depois de uma revisão da literatura disponível sobre a filosofia das ciências, epistemologia ou teoria do conhecimento, fica-se quase sempre com a ingrata sensação de incerteza, em resultado da discussão permanente acerca do que constitui (ou deixa de constituir), a ciência ou o conhecimento científico⁵⁵. Caricaturando, podemos dizer que uma análise, ainda que sucinta, das diversas posições em confronto pode até justificar que nos interroguemos sobre a eventual utilidade do esforço desenvolvido para 'melhorar' ou fazer 'avançar' o conhecimento científico em qualquer domínio do conhecimento. Na área das ciências sociais a situação é ainda mais grave, na medida em que as implicações políticas, sociais e económicas de certas teorias tornam mais problemática a avaliação do valor intrínseco de quaisquer postulados e teoremas que vêm a constituir uma teoria determinada, muito especificamente pelo facto de que, a partir do conhecimento adquirido e disponível, a normalíssima tendência é para se passar àquilo que designarei por engenharia social. Estou a pensar, por exemplo, na aceitação ou rejeição dos critérios de análise da teoria marxista aplicada à economia. A esse respeito, é conhecida a tese popperiana⁵⁶ de que o marxismo puro e simplesmente não pode, em caso algum, arvorar-se ao estatuto de 'ciência'. Pela minha parte, e sem querer entrar na polémica acima referida e que reflecte, aliás, o problema mais vasto da determinação da cientificidade de qualquer ramo do conhecimento, limito-me a formular a interrogação sobre onde colocar a fronteira, se é que tal se justifica, entre o conhecimento científico característico da física ou da química e o conhecimento científico característico, por exemplo, da antropologia cultural. Acrescente-se que Baptista (2002) e Amin (1998) avançaram a ideia de que, em rigor, não há ciência social. Traduzindo esta interrogação em termos concretos, cabe perguntar se a entomologia, ramo da biologia que estuda o comportamento dos

54 Como se o resto do conhecimento, mesmo que 'científico', fosse excluído da 'ciência'.

55 Vide a esse respeito os trabalhos do sociólogo Boaventura Sousa Santos (2001) e do físico António Manuel Baptista (2002) e respectiva discussão polémica.

56 Em rigor, Karl Popper começa por considerar a obra *Das Kapital*, de Karl Marx, como um trabalho científico a corpo inteiro, na medida em que as teses propostas são susceptíveis de «falsificabilidade». Foi a posterior formulação do marxismo, deturpado por via da inclusão de hipóteses ad hoc (e a constituírem uma 'cintura protectora') que veio a merecer a desqualificação (Popper, 2002).

insectos, é mais ou menos científica do que o é a química orgânica. Ou se a sociologia, por exemplo, poderá alguma vez ser classificada como uma espécie de zoologia aplicada.

Quando se discutem conceitos e teorias no âmbito das ciências sociais, tem que se ter permanentemente o cuidado de evitar alguns perigos que resultam do uso de analogias do âmbito das ciências físicas. Para a maioria dos analistas, as ciências sociais e as ciências físicas são supostas possuir características específicas que tornam problemática a adopção, por qualquer ramo das ciências sociais, de modelos ou esquemas analíticos originalmente concebidos ou desenvolvidos para qualquer ramo das ciências físicas.

Partindo de uma posição consensual, assumo que o que mais importa na investigação científica é o objecto concreto a estudar, o qual deve determinar quais os métodos ou abordagens mais eficientes para se alcançar algum conhecimento. Mas se é problemático transpor para as ciências sociais métodos próprios das ciências físicas, também a transposição de problemáticas próprias das ciências físicas para o campo das ciências sociais não fica isenta de ambiguidades. Estou a pensar na reflexão de Wallerstein (1991) segundo a qual a dificuldade no debate científico reside em determinar se, de facto, no domínio das ciências sociais, se pode superar ou estabelecer uma relação entre o falso debate do particular e do universal, e o debate entre o ideográfico e nomotético, pelo recurso a uma metodologia que possa efectivamente descrever sistemas diacrónicos que, por definição, têm uma «seta de tempo»⁵⁷. A título de ilustração do problema aqui enfrentado refira-se que, numa reunião organizada por iniciativa de economistas de renome mundial, mas em que predominavam cientistas físicos⁵⁸, e cujo objectivo era justamente debater as problemáticas dos respectivos métodos de estudo e investigação, um dos participantes teve ocasião de chamar a atenção dos restantes para o facto de, no caso da ciência económica, as 'partículas' em estudo terem emoções, memórias e ambições (Waldrop, 1992). No actual estado de avanço do conhecimento, parte-se do princípio que os hadrões, os electrões, os átomos e moléculas (em toda a sua complexa variedade) não têm ambições, nem aprendem com experiência passada, nem transmitem valores ou símbolos a outras partículas, enquanto as 'partículas' nas ciências sociais e na ciência económica, têm memórias e tradições as quais foram criadas, inventadas e continuam paulatinamente a evoluir. E é precisamente a presença destas memórias, tradições, valores, símbolos e

57 A questão de se saber se há ou não uma diferença de método entre as ciências ideográficas, como a história, e as ciências nomotéticas, como a sociologia, data já de finais do século XIX. Supõe-se que as ciências ideográficas se baseiem no individualismo metodológico e as ciências nomotéticas no colectivismo metodológico, uma questão que também não está isenta de ambiguidade e polémica.

58 Esta reunião é ainda um exemplo do predomínio do paradigma newtoniano numa ciência que pretende estudar uma faceta determinada do comportamento humano.

ambições que dão origem à radical diferença entre estes dois tipos de conhecimento científico e respectivos métodos de investigação.

3.3 Do carácter científico das ciências económicas

A origem do termo inglês *Economics* é geralmente atribuída a Alfred Marshall, economista inglês dos fins do século XIX, que compendiou os conhecimentos até então desenvolvidos a partir dos trabalhos de autores como Léon Walras, Carl Menger ou William Jevons, no famoso *Principles of Economics*. O próprio nome *Economics* é revelador, quer do intuito do seu autor, quer do condicionamento do meio académico e social em que o mesmo foi criado. Em rigor, parece que hoje deveria considerar-se a disciplina não como o estudo dos meios, problemas e condicionantes dos processos sociais de produção e distribuição de riqueza, mas como um ramo das matemáticas que tivesse por objecto os comportamentos de certas entidades, condicionadas a determinados constrangimentos, tendo como base de partida um conjunto de premissas ou postulados que não precisassem sequer de ser demonstrados. Esta definição permite aceitar ou compreender a sua expansão, mais ou menos imperial entre as ciências, a outros campos do conhecimento para além do que era delimitado pelo seu pretendido objecto inicial, o estudo da economia. Estou a pensar, por exemplo, no campo da psicologia, na teorização acerca dos cálculos que, supostamente, cada indivíduo faz antes de estabelecer ou terminar qualquer tipo de relacionamento, mesmo de carácter íntimo e amoroso⁵⁹.

O prestígio social e académico das ciências físicas, em plena expansão no esplendor da segunda revolução industrial, desempenhou também o seu papel: foi por analogia com a palavra *Physics* que Alfred Marshall adoptou para a sua disciplina o termo *Economics*. Se fosse apenas uma questão de semântica, não viria daí grande mal ao mundo. O problema está em que, simultaneamente com a transposição ou importação do nome, se importou, também, um modelo analítico, em que, tal como então ainda se pensava no caso da física, o tempo era considerado um vector reversível⁶⁰ e não unidireccional como nas ciências históricas. Partia-se, então, do princípio de que as experiências se podiam repetir, que o que tinha sido válido para a Inglaterra de 1780 o seria igualmente para a Polinésia de fins do século XX, como se, entretanto, nada se tivesse alterado no meio social envolvente. Por outras palavras, a economia era perspectivada como uma ciência física, uma espécie de mecânica dos fe-

⁵⁹ Ver, por exemplo, trabalhos da escola da equidade e iniquidade de Homans (1961) e Adams (1963).

⁶⁰ Tenha-se, no entanto, em conta que a segunda lei da termodinâmica (que afirma a irreversibilidade do tempo) foi formulada por Carnot logo no princípio do século XIX. Diga-se de passagem que parece continuar a não haver consenso firme e universal sobre a questão da entropia, havendo cientistas que, pelos vistos, continuam a defender posições tais como a de que a vida e a informação são factores que contrariam a lei da entropia. A este respeito ver Georgescu-Roengen (1996).

nómenos mercantis. Deve em todo o caso lembrar-se e reconhecer-se que, de certa maneira, o mesmo fenómeno de tentativa de adopção de um determinado modelo analítico, decalcado da mecânica newtoniana, começa por suceder também no caso da sociologia, inicialmente designada *physique sociale* por Auguste Comte.

Além da crítica relativa ao já assinalado carácter unidireccional do vector tempo, a crítica mais comum à adopção do modelo newtoniano para estudar os fenómenos socioeconómicos, aponta sobretudo o carácter social da actividade económica e o papel (minimizado ou mesmo ignorado) de factores culturais e institucionais na determinação do carácter da actividade económica. Na sequência lógica e temporal desta constatação, um outro aspecto vem a ser considerado na crítica mais comum a este modelo analítico, a saber a suposta vantagem ou necessidade de considerar, já não a física newtoniana como modelo de referência e garante de um elevado grau de cientificidade, mas antes a biologia como modelo analítico a emular. Salienta-se, neste sentido, o carácter de evolução e adaptação das sociedades e das suas actividades de produção e distribuição de riqueza. Surgiu assim a escola histórica e das correntes institucionalistas.

No que diz respeito à corrente da linha principal em ciência económica contemporânea, há a assinalar uma grande linha de demarcação de campos analíticos em que, ao longo dos últimos dois séculos, vieram entretanto a impor-se como que duas grandes visões alternativas, ainda que mutuamente aceites ou pelo menos entre si reconhecidas, relativamente ao comportamento das sociedades humanas. A primeira visão, também dita holista, consiste em perspectivar o plano global, em que cada pessoa individual é suposta pertencer a um determinado grupo social e em que o comportamento pessoal só faz sentido enquanto membro participante do grupo. A entidade central da análise é aqui a colectividade. A segunda visão das coisas consiste em perspectivar as colectividades como 'simples' somas ou agregados de pessoas individuais. O comportamento individual é considerado de *per se*, em isolamento ou de forma atomística, e o comportamento da colectividade como sendo apenas uma resultante emergente da agregação da multiplicidade dos comportamentos individuais. A entidade central de análise é aqui a pessoa individual que actua por sua própria conta e risco e considerando exclusivamente aquilo que se postula serem os seus interesses individuais. Para os proponentes da segunda destas perspectivas ou visões, a condicionante de carácter ideológico subjacente é suficientemente forte para levar alguns dos seus proponentes (mesmo quando não são expoentes da cientificidade do respectivo ramo de conhecimento) a afirmar que «não há sociedade, apenas indivíduos»⁶¹.

61 Boutade atribuída à primeiro-ministro conservadora britânica Margaret Thatcher (Ormerod, 1994).

Como é natural, estas duas perspectivas ou visões, embora se reconheçam e coexistam no mundo académico, acabam por se apresentar como rivais e alternativas, disputando entre si o primado da adequação ou da maior eficiência na interpretação do mundo real. Importa, entretanto, assinalar que uma parte da crítica que é formulada em relação ao modelo analítico de cariz newtoniano (do individualismo metodológico) está normalmente impregnada pela ideologia subjacente à primeira das visões acima referidas. Para essa primeira visão, o que é importante, ou mesmo determinante, na análise económica é a consideração do carácter social do comportamento humano de cariz especificamente económico.

A questão, e correspondente análise crítica, que proponho levantar é de outra natureza, no entanto. Em primeiro lugar, devo assinalar que defendo a tese de que os diversos esquemas analíticos, tal como também as ideologias⁶², não serão mais do que diferentes 'pares de óculos' de que nos podemos servir para procurar, melhor ou pior, entender determinados aspectos ou campos específicos da realidade. Assim sendo, penso que, de um ponto de vista analítico, é útil considerarmos a economia como uma ciência de 'faz-de-conta', rigorosamente à maneira da geometria euclidiana. Postula-se a existência de uma série de entidades com determinadas características, postula-se igualmente que essas entidades interagem de determinada maneira ou segundo determinadas regras ou princípios e fazem-se, a partir desses postulados, determinadas deduções que se verifica serem úteis ou aplicáveis à realidade objectiva que nos é exterior. No caso da geometria euclidiana, começa-se por postular a existência de entidades como espaço, plano e linhas rectas ou pontos no espaço; em seguida, como consequência da postulada existência de linhas rectas, definem-se entidades como linhas verticais, horizontais, linhas perpendiculares ou, ainda, ângulos rectos. Fiquemo-nos para já pelas linhas rectas e pelas linhas horizontais.

Quando se faz a crítica do individualismo metodológico (metodologia própria e específica da microeconomia), um dos aspectos normalmente assinalados é o da sua suposta menor adequação à realidade, negando-se ou refutando-se a existência real, objectiva, social ou histórica da famigerada ficção do *homo economicus*, como se a não existência real, objectiva, social ou histórica de uma ficção explicativa (de carácter necessariamente abstracto) fosse um óbice à cientificidade de uma qualquer disciplina. No exemplo acima referido da geometria euclidiana, sabe-se já, desde Leibnitz e Newton, pelo menos de maneira implícita, que não há, neste nosso mundo, linhas rectas. Quando se olha a linha do horizonte, a qual serve de referente para a elaboração de instrumentos concretos, utilizados na construção civil e na carpintaria (para

62 É possível argumentar, evidentemente, que os próprios modelos analíticos são sempre condicionados por uma ideologia.

referir apenas duas das mais antigas actividades humanas), pensamos estar vendo uma linha recta. A linha do horizonte é mesmo apresentada, a um nível de análise assumidamente elementar, como o exemplo acabado da linha recta por excelência. Desde Leibnitz e Newton, como acima referi, que sabemos que a linha recta do horizonte é, em rigor, um segmento ínfimo de uma linha curva. Desde Einstein sabemos (ou julgamos saber) mais ainda: que, em rigor, não há no Universo senão linhas curvas. O Universo é ele mesmo todo curvo, sendo as linhas rectas apenas e tão-só meras ficções construídas pelo intelecto humano.

Vem tudo isto a propósito da crítica que tantas vezes é feita à análise económica neoclássica acusando-a de «falta de realismo» ou de não reflectir efectivamente a realidade. Penso que se trata de um caso flagrante daquilo a que os autores de língua inglesa designam por *misplaced criticism*. Tal como Mark Blaug (1994), penso também que uma teoria não tem que ter um reflexo visível na realidade objectiva que se propõe estudar. Aliás não deveria ser necessário regressar aos fundamentos da teoria do conhecimento para lembrar a diferença entre, por um lado, abstracção enquanto decantação mental de muitas representações visuais que se façam deste ou daquele objecto e, por outro lado, abstracção enquanto elaboração ou construção mental de um conceito ou objecto pura e simplesmente não existente no mundo das coisas. No primeiro caso, e apenas a título de ilustração, temos a ideia abstracta de «cadeira» ou «nação», enquanto no segundo caso temos a construção mental de uma ficção como a do *homo economicus* ou a invenção de uma entidade puramente imaginada, como é o caso da ideia de «zero» ou, mais recentemente, a invenção do conceito de «número imaginário».

A crítica que me parece dever ser feita à análise neoclássica, seria antes relativa à menor coerência interna quando se trata de tirar todas as consequências que estão inerentes à formulação de postulados e teoremas que constituem a teoria neoclássica nos seus fundamentos mais elementares.

Se lembrarmos que Marx escreveu basicamente sobre o funcionamento do sistema capitalista⁶³ e se tivermos também presente que boa parte do que escreveu se inscreve na linha directa dos clássicos, penso que seria mais fácil entender o porquê de uma espécie de fuga-para-a-frente efectuada pela escola neoclássica, perante algumas das consequências lógicas inerentes ao modelo analítico por ela construído. Estou a pensar aqui na temática da queda tendencial da taxa de lucro, temática essa abordada já pelos clássicos (designadamente por Ricardo) e resolvida (ainda que, pelos vistos, insatisfatoriamente)

63 Em rigor deve ser lembrado que Marx escreveu comparativamente pouco sobre o socialismo, sistema que ele previa vir a ser o futuro, já que grande parte da sua obra é sobre o capitalismo e a forma como os clássicos que o antecederam viram ou explicaram o funcionamento desse sistema.

por Marx. Tal como veremos mais adiante, ao discutirmos a empresa e as suas motivações, tal temática é simplesmente incontornável para se alcançar uma adequada compreensão dos fenómenos do sistema-mundo e da globalização.

Se considerarmos como válidas, ou pelo menos como funcionais, as premissas e explicações dadas pelos neoclássicos para o funcionamento da economia em regime capitalista, nomeadamente a motivação básica da maximização da utilidade⁶⁴, a concorrência perfeita, a fluidez dos mercados e o acesso à informação, então deveria ser razoável esperar que fossem aceites todas as consequências lógicas inerentes às premissas formuladas e ao comportamento individual maximizador, tal como é postulado pela teoria. Como teremos ocasião de ver, ainda que necessariamente só de passagem, tal não é o caso, porém.

Voltando, então, à questão que, no momento, nos ocupa, a crítica ao paradigma neoclássico em economia, verifica-se que essa crítica se dirige basicamente à adopção, implícita ou explícita, do individualismo metodológico como método de análise. A concluir, devo dizer que considero não se justificar uma discussão mais detalhada desta questão, na medida em que aquilo que me propunha fazer era simplesmente evocar o problema e marcar uma posição. Penso, portanto, que a crítica a fazer ao paradigma neoclássico é tratar-se de uma fuga-para-a-frente face a todas as consequências lógicas que estão implícitas no respectivo modelo analítico (o do individualismo metodológico), quando visto de uma perspectiva de dinâmica histórica. Ou seja, não é tanto o carácter aparentemente a-social do paradigma neoclássico que aqui criticamos, mas antes o seu carácter a-histórico, assim definido, não no quadro de uma perspectiva de História (com H maiúsculo), mas simplesmente de uma perspectiva de sequência de eventos ao longo do vector tempo. Os teóricos da novel disciplina da Complexidade fariam aqui, provavelmente, da não consideração por parte da maioria dos economistas convencionais, ou neoclássicos, daquilo a que eles chamam *path-dependency* (Waldrop, 1992). Acrescente-se que as consequências lógicas, intrínsecas ou inerentes ao funcionamento do modelo neoclássico, tal como ele é definido nas suas premissas básicas, foram exaustivamente discutidas e explicadas por Marx e pela maioria dos economistas que se lhe seguiram, sem descartar nessa discussão e explicação, a integração das ideias marginalistas entretanto desenvolvidas.

64 A satisfação ou bem-estar individual e, no caso das empresas, a maximização do lucro.